

Revista

FEBASE

Ano 8
N.º 18
1,50 €
Dezembro de 2011

Federação do Setor Financeiro



Directores Adjuntos: Carlos Marques, Carlos Silva, Hilário Oliveira e Pereira Gomes

Director: Delmírio Carreira

Fundos de Pensões

FEBASE

ainda não deu acordo



Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Hóracio Oliveira – SBSI
Pereira Gomes – SBN

Conselho editorial:
Firmino Marques – SBN
Pastor Oliveira – SBSI
Patrícia Caixinha – STAS
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Rui Santos

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 113
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 80.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário



SINDICAL | Atualidade

Greve geral foi mais sentida no grupo CGD **4**

Função pública mais participativa **7**

Trabalhadores do ex-Finibanco manifestam-se frente às instalações do Montepio **8**

Conselho Geral da Febase debate orçamento e fundos de pensões **10**

CONTRATAÇÃO | Banca

Sindicatos da Febase ainda não deram acordo à transferência dos fundos de pensões **11**

CGD viola Acordo de Empresa **12**

CONTRATAÇÃO | Seguros

Novo CCT dos Seguros: rondas negociais continuam **13**

JURÍDICAS | Questões

O Orçamento do Estado para 2012 e a concertação social **14**

DOSSIER | Recapitalização da banca

Proposta de Lei do Governo em discussão **15**

Bruxelas impõe regras **17**

TEMPOS LIVRES | Nacional

Squash: Título fica bem entregue a José Faria **18**

King: Fernando Lucas chegou, viu e venceu **18**



22

| Bancários Norte



24

| Bancários Centro



26

| STAS Actividade Seguradora



28

| Bancários Sul e Ilhas



TEXTO: **CARLOS SILVA**

É nossa convicção que o resultado a obter, se as nossas propostas forem aceites, respeita os direitos adquiridos e contratuais dos bancários, designadamente a garantia legal de que continuarão a receber as suas pensões sem qualquer diminuição

Inaceitável chamar parceiros à negociação com fim marcado para "ontem"

É de tal forma abrangente e relevante a quantidade de matérias que gostaria de abordar neste breve texto – e que mereceriam destaque – que só por manifesta impossibilidade editorial abordarei apenas aquela que, de forma incontornável, está no "olho do furacão" nas discussões que tergiversam atualmente no setor financeiro – a transferência dos Fundos de Pensões da Banca para o Estado.

Os sindicatos dos bancários da FEBASE – SBC, SBN e SBSI – tiveram uma reunião com membros do Governo, ainda antes do verão, onde foi manifestada a pretensão de incluir parte dos ativos dos Fundos de Pensões da Banca no orçamento de Estado, com o propósito de baixar o valor do défice público e, desta forma, cumprir o acordo efetuado com as instituições financeiras internacionais para o resgate a Portugal.

Os nossos sindicatos sempre determinaram os propósitos que reputavam de essenciais para se alcançar um entendimento que permitisse a celebração de um terceiro acordo tripartido, na sequência, aliás, do que foi alcançado em 2009 e 2010, com a integração dos bancários na Segurança Social.

Lamentamos que o Governo não tenha tido a postura de Estado que lhe competia quando, do ponto de vista institucional e formal, manteve os sindicatos teimosamente afastados da discussão que, entretanto, foi mantendo com a Banca. E só em meados de novembro é que se lembrou que os sindicatos eram necessários para a celebração "tripartida" de um acordo. É, de facto, uma postura inaceitável chamar os parceiros para uma negociação cujo epílogo é para "ontem".

Mas os sindicatos da FEBASE, numa posição sempre disponível para o diálogo e a concertação social, colocaram como prioridade negocial a defesa dos interesses dos bancários que representam – neste particular os reformados bancários, já que é em relação às pensões destes que o Governo fez incidir a sua decisão – e partiram, de forma acelerada, mas ponderada e prudencial, para contactos entre as partes, que poderão permitir a obtenção de um texto que, na altura em que escrevo estas linhas, ainda virá a ser presente aos órgãos próprios dos sindicatos e da FEBASE.

E, como sempre fizemos ao longo da nossa história, é nossa convicção que o resultado a obter, se as nossas propostas forem aceites, respeita os direitos adquiridos e contratuais dos bancários, designadamente a garantia legal de que continuarão a receber as suas pensões sem qualquer diminuição, contando com o pagamento do subsídio de Natal e 14.º mês, e mantendo a sua inseparável ligação aos trabalhadores no ativo, no tocante aos aumentos salariais indexados ao Anexo IV do ACT do setor bancário e restantes IRCT aplicáveis, e ainda a garantia de que os descontos para os SAMS, bem como outras eventualidades, se manterão na responsabilidade direta dos Bancos.

Sem subterfúgios, e mesmo em momento de grave crise, que Portugal, a Europa e o Mundo atravessam, fica demonstrado que é possível obter consensos, assim se comprovando que os sindicatos dos bancários da FEBASE continuam a contribuir, como sempre, para o clima de estabilidade e paz social do setor financeiro e para a defesa dos direitos e interesses dos seus trabalhadores. ■

Greve geral foi mais sentida no



No setor financeiro, a greve geral fez-se sentir especialmente no grupo CGD, onde em alguns locais os balcões encerraram e noutros funcionaram com um número mínimo de trabalhadores

Balcões encerrados ou a funcionar de forma precária, por vezes com apenas um ou dois trabalhadores. Foi assim o dia 24 de novembro na banca e seguros do grupo CGD, onde a greve geral mais se fez sentir. Nas restantes instituições do setor financeiro a paralisação registou uma participação menos expressiva.

Um pouco por todo o País, os bancários demonstraram o seu descontentamento face à política de austeridade implementada pelo Governo e aos ataques aos direitos laborais, nomeada-

mente com a tentativa de imposição de um aumento dos horários em meia hora diária e de simplificação e embaatecimento dos despedimentos.

As empresas financeiras que estão na esfera do Estado não escapam aos cortes orçamentais aprovados para 2012, nomeadamente dos 13.º e 14.º meses, o que explica a maior adesão à greve neste grupo, já que o Banco de Portugal beneficia de um regime especial (regime europeu para os bancos centrais) e no BPN os trabalhadores estão numa posição fragilizada em consequência do processo de privatização, que pode acarretar o despedimento de parte dos efetivos.

No distrito de Coimbra, por exemplo, registou-se uma expressiva participação no setor empresarial do Estado, designadamente no bancário. "Houve uma forte adesão dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos à greve geral, tendo encerrado muitas agências, nomeadamente em Miranda do Corvo, Góis, Arganil, Póvoa, Penela, Coim-

bra/Celas, Coimbra/Arnado, Condeixa e Lousã", afirmou o presidente do SBC e da UGT/Coimbra.

"Registámos ainda o encerramento de cerca de duas dezenas de agências nos distritos de Viseu e Guarda, para além de outras no distrito de Leiria", disse Carlos Silva, adiantando que "a adesão ultrapassou, no âmbito nacional, os 80%".

Contra o corte dos subsídios

Situação idêntica verificou-se na área de influência do SBSI, onde dirigentes do Sindicato se concentraram frente à sede da CGD, na Av. João XXI, em Lisboa, onde se deslocou também uma delegação da UGT liderada pelo presidente da central sindical, João de Deus.

Referindo-se ao corte dos 13.º e 14.º meses, Rui Riso adiantou ter sido pedido o regime de exceção para os trabalhadores da Caixa, por o Sindicato entender que "os trabalhadores da CGD e do restante setor empresarial do Esta-

grupo CGD

TEXTO: **ELSA ANDRADE***



significativo foi a Caixa Geral de Depósitos”, frisou Mário Mourão.

Relativamente às companhias de seguros, o presidente do STAS e secretário-geral da Febase considerou que a jornada de luta de 24 de novembro “decorreu com completa normalidade e com um nível de adesão muito próximo do ocorrido na greve geral de 2010”.

Carlos Marques salientou ainda “o papel mais interventivo dos trabalhadores afetados diretamente já este ano pelas medidas contempladas no OE de 2011 e por aquelas que irão ser aplicadas em 2012”.

Defender a negociação coletiva

Embora com menor peso, a paralisação não deixou de fazer-se sentir nas seguradoras e bancos privados.

“A greve geral na área geográfica de influência do SBN correspondeu às expectativas, mau grado os fortes condicionamentos que presentemente se colocam às ações reivindicativas dos trabalhadores”, sublinhou Mário Mourão.

“Não posso deixar de referir, com um enorme abraço de simpatia, todo aquele incontável número de bancários que, mesmo não tendo sido abrangidos pelas penalizações que afetaram a CGD, o Banco de Portugal, o BPN e o IFAP, se aliaram à greve geral, o que demonstrou estarem perfeitamente consciencializados da gravidade da situação que se vive no setor e em todo o País”, frisou o presidente do SBN, acrescentando:

“Por isso a greve geral foi também uma poderosa manifestação de luta contra as violações constantes dos direitos dos trabalhadores – sejam eles bancários ou não – e contra o depauperamento a que os cidadãos, as famílias, as empresas e todo o País estão a ser votados.”

Rui Riso, por sua vez, lembrou que os Sindicatos da Febase decidiram aderir à greve geral porque “o que se está a passar neste momento em Portugal é francamente grave. Existem ataques cerrados à contratação coletiva e aos rendimentos dos trabalhadores em ▶



Frases

Carlos Marques, secretário-geral da Febase e presidente da Direção do STAS:

“O exercício da forma suprema de luta consubstanciada numa Greve Geral tem de merecer da parte dos poderes políticos uma leitura atenta, mais que não fosse pelo custo direto e indireto que representa para os milhares de trabalhadores que a fazem, exigindo-se que outras soluções menos injustas e iníquas sejam encontradas para que os custos não continuem a incidir sempre sobre os mesmos”

Rui Riso, presidente da Direção do SBSI:

“O que se está a passar neste momento em Portugal é francamente grave. Existem ataques cerrados à contratação coletiva e aos rendimentos dos trabalhadores em geral e dos bancários, nomeadamente no que diz respeito aos do setor empresarial do Estado”

Carlos Silva, presidente da Direção do SBC:

“A greve geral foi um grito de revolta e de indignação dos trabalhadores portugueses às medidas de austeridade impostas por quem nos (des)governa, já não sabemos se pelo Governo democraticamente eleito em 5 de junho, se por uma equipa multidisciplinar de tecnocratas estrangeiros. Aguardamos que a resposta a este clamor de “Basta”, não seja o autismo e a arrogância de quem foi eleito para governar para as pessoas e pelas pessoas”

Mário Mourão, presidente da Direção do SBN:

“Não posso deixar de referir, com um enorme abraço de simpatia, todo aquele incontável número de bancários que, mesmo não tendo sido abrangidos pelas penalizações que afetaram a CGD, o Banco de Portugal, o BPN e o IFAP, se aliaram à greve geral, o que demonstrou estarem perfeitamente consciencializados pela gravidade da situação que se vive no setor e em todo o país”

do não podem ser afetados por essas medidas. Não pode considerar-se os trabalhadores da CGD umas vezes do setor bancário quase que privado e outras vezes como se fossem funcionários públicos. Essa clarificação vai ter que ser feita”, disse, acrescentando:

“Entendemos que a CGD está no mercado bancário tal como as outras instituições e não é justo que se apliquem essas medidas aos trabalhadores da CGD nem a outros trabalhadores do setor empresarial do Estado”.

No Norte do país, a greve geral foi igualmente sentida no setor financeiro. “Podemos verificar, quer pessoalmente quer pelas informações que nos foram chegando pelas delegações, que houve instituições em que se registou uma forte adesão, enquanto noutras o índice de paralisação não foi tão acentuado”, referiu o presidente do SBN.

“Contas feitas em todas as instituições de crédito, aquela em que a greve teve um peso indubitavelmente mais

geral e dos bancários, nomeadamente no que diz respeito aos do setor empresarial do Estado”.

O presidente do SBSI lembrou as notícias dos últimos dias, com as afirmações dos presidentes do BES e do BPI de que haveria necessidade de reduzir os rendimentos dos bancários – e não só no setor empresarial do Estado.

“São notícias que nos preocupam, como nos preocupa a empregabilidade no setor, porquanto aquilo que se está a passar em Portugal vai ter um impacto brutal na dinâmica da economia, o que não deixará de ter impacto no setor bancário: menos dinheiro significa menos atividade bancária e isso poderá pôr em risco alguns postos de trabalho. Isso preocupa-nos imenso, e daí a nossa adesão à greve”, explicou.



Alerta ao Governo e patrões

Já Carlos Silva considerou a greve como “um grito de revolta e de indignação dos trabalhadores portugueses às medidas de austeridade impostas por quem nos (des)governa, já não sabemos se pelo Governo democraticamente eleito em 5 de junho, se por uma equipa multidisciplinar de tecnocratas estrangeiros”.

“Aguardamos que a resposta a este clamor de “Basta”, não seja o autismo e a arrogância de quem foi eleito para governar para as pessoas e pelas pessoas”, alertou o presidente do SBC.

Também Carlos Marques disse esperar que os destinatários do protesto saibam responder ao descontentamento dos trabalhadores. “O exercício da forma suprema de luta consubstanciada numa greve geral tem de merecer da parte dos poderes políticos uma leitura atenta, mais que não fosse pelo custo direto e indireto que representa para os milhares de trabalhadores que a fazem, exigindo-se que outras soluções menos injustas e iníquas sejam encontradas para que os custos não continuem a incidir sempre sobre os mesmos”.

Mas o secretário-geral da Febase foi mais longe, sublinhando que também o movimento sindical “terá de procurar soluções alternativas à legítima expressão do descontentamento generalizado da população trabalhadora, permitindo que este seja visível de uma forma que não sacrifique ainda mais financeiramente todos aqueles para quem a luta e a solidariedade não é uma palavra vã”.

“É fundamental que a luta tenha objetivos claros e alcançáveis.

A generalização do recurso a esta forma superior de luta é em si mesmo um exercício de autoflagelação se não for acompanhado de objetivos tangíveis e reconhecidamente sindicais”, frisou, lembrando que os sindicatos democráticos têm de saber responder à questão: “O que fazer no dia seguinte a uma greve geral?”

“É essa resposta que tem de ser dada de uma forma muito transparente pelo movimento sindical, demonstrando pelos atos presentes e futuros que valeu a pena a greve geral, pese o seu custo”, concluiu. ■

*Com Francisco José Oliveira e Patrícia Caixinha



Slogans de uma greve

Os Sindicatos da Febase desenvolveram um conjunto de ações de apoio à greve geral no setor financeiro, de piquetes de greve a conversas de esclarecimento com os trabalhadores. Pelas ruas circularam carros de som de apelo à greve.

Eis algumas palavras de ordem:

“Apelamos a todos os bancários para se unirem à luta dos trabalhadores, mostrando a sua indignação pelas políticas gravosas do Governo”

“Pela defesa da contratação coletiva”

“Pela justiça social”

“Contra o aumento dos impostos”

“Os bancários exigem o cumprimento dos horários de trabalho”

“Os bancários estão contra o congelamento dos salários”

“Pela defesa dos nossos direitos”

“Em defesa do trabalho digno, contra o desemprego e o trabalho precário”

As centrais sindicais não têm dúvidas sobre o êxito da greve geral de 24 de novembro, afirmando que registou a maior adesão de sempre. E criticaram o Governo pelos dados divulgados sobre a participação dos trabalhadores da administração pública



Função pública mais participativa

A greve geral de 24 de novembro, a terceira convocada conjuntamente pela UGT e pela CGTP, foi a maior de sempre em Portugal, afirmaram os líderes das duas centrais sindicais.

Numa conferência de imprensa comum realizada na sede da UGT ao final da tarde do dia da greve, João Proença e Carvalho da Silva fizeram o balanço da paralisação, considerando que foi um

êxito e um sério aviso ao Governo sobre o descontentamento dos trabalhadores face às medidas de austeridade e aos ataques aos direitos laborais.

Os secretários-gerais das duas centrais afirmaram que se registou um aumento claro relativamente à greve geral de há um ano, quando a adesão foi na ordem dos 85%.

A greve teve uma adesão bastante significativa em alguns setores da função pública como a administração pública (entre 50% e 70%), transportes (90%), saúde (70% entre os médicos e 50% nos enfermeiros) e ensino (85%).

No setor privado a participação na greve foi desigual, com menor adesão no comércio e serviços – o que se explica, em parte, pelo elevado índice de precariedade – e forte expressão em grandes empresas como a Autoeuropa, Centralcer, Lisnave, grupo Amorim e nos portos.

Diálogo ou conflitualidade

“Não é possível tentar disfarçar os números”, afirmou João Proença, criticando o documento divulgado pelo Governo às 11h30 do dia da greve e que dava conta de uma participação de 3,6% na administração central – corrigido ao final da tarde, para uma adesão de 10,48%. “É uma vergonha,

ultrapassa os limites da decência e do decoro”, acusou o líder da UGT.

João Proença denunciou o simulacro a que a concertação social foi reduzida, acusando o Executivo de querer simplesmente desregular a legislação laboral, o que muitas vezes tem a ver com uma agenda ideológica e não por imposição da troika.

“A troika falhou claramente na Grécia. Esperamos que o Governo perceba que não é a troika que governa Portugal”, adiantou o líder da UGT, frisando: “Exigimos que o Governo e os empregadores mudem o seu comportamento negocial”.

“Querem diálogo ou conflitualidade social? Nós não a queremos, mas se o Governo nos empurrar faremos outra greve geral”, avisou João Proença.

Também Carvalho da Silva salientou o êxito da greve geral, referindo que “inquestionavelmente teve maior adesão e mobilização da sociedade do que há um ano”.

O líder da CGTP criticou igualmente a postura do Governo, tendo considerado que a greve foi uma enorme demonstração de consciência social.

“A luta vai necessariamente continuar”, contra a imposição do aumento do horário de trabalho e a redução de salários e reformas, alertou também Carvalho da Silva. ■



Contra imposição de transferência do Porto para Lisboa

Trabalhadores do ex-Finibanco manifestam-se frente às instalações do Montepio

Os trabalhadores dos serviços centrais do ex-Finibanco no Porto manifestaram-se na Invicta e em Lisboa contra a sua transferência para a capital, imposta pelo Montepio.

O SBN denuncia este "despedimento encapotado" e garante que não abandonará a luta até a administração da instituição encetar o diálogo com vista à solução do problema. Novas ações de protesto foram já decididas

Texto: **Inês F. Neto**

O Montepio Geral continua a insistir na transferência compulsiva para Lisboa dos funcionários dos serviços centrais do ex-Finibanco no Porto. Contra esta tentativa de despedimento encapotado, os trabalhadores manifestaram-se dia 5 no Porto e dia 7 em Lisboa.

No dia 5, mais de uma centena de trabalhadores do ex-Finibanco – atualmente efetivos do Montepio – concentraram-se à porta da instituição mutualista no Porto, numa manifestação organiza-



Manifestação em Lisboa

da pelo Sindicato dos Bancários do Norte e que contou ainda com a presença de elementos da estrutura sindical do SBN e de dirigentes do SBSI e do SBC.

A manifestação visou protestar contra a insistência da administração do Montepio na transferência, ao arrepio da convenção coletiva de trabalho e no total desrespeito pela vida pessoal e profissional dos trabalhadores envolvidos.

Estão nesta situação cerca de duas centenas de trabalhadores. Inicialmente a transferência para Lisboa envolvia 264 funcionários, mas entretanto alguns aceitaram a deslocação para a capital e outros foram forçados a rescindir o seu contrato de trabalho com o Montepio, por não terem condições financeiras e familiares para suportarem a mudança.

"Trata-se de trabalhadores que têm

família. Os filhos estão na escola e os cônjuges trabalham no Porto e não podem deixar os seus postos de trabalho", explicou Mário Mourão.

O presidente da Direção do SBN continua a insistir que a posição do Montepio Geral configura um "despedimento selvagem e encapotado, violando o estabelecido no acordo coletivo de tra-

pois trata-se da deslocação de um conjunto considerável de postos de trabalho, importantíssimo para o desenvolvimento económico.

"Este não é um problema apenas dos trabalhadores do ex-Finibanco. Pode estender-se aos restantes trabalhadores do Montepio e aos das outras instituições de crédito, que poderão ver

Empresa) e António Macedo (conselheiro e trabalhador do ex-Finibanco) foi recebida pela administração do Montepio, representada por Almeida Serra.

A delegação manifestou o descontentamento dos trabalhadores e do SBN pela forma como o Montepio tem conduzido este processo, ignorando o diá-



Manifestação no Porto

balho livremente celebrado pelo Sindicato e a instituição", lembrando que o Sindicato sempre manifestou abertura para o diálogo e a concertação, no sentido de resolver o conflito existente.

Problema pode alastrar

"Aos fins de semana, o Montepio anda a visitar instituições de solidariedade e a apelar à coesão social e durante a semana despedaça as famílias dos seus trabalhadores", denunciou Mário Mourão.

O SBN solicitou uma audiência ao Bispo do Porto, por quem foi recebido. Na ocasião, manifestou o desespero que atinge as famílias dos trabalhadores abrangidos por esta medida do Montepio e alertou para as consequências que esta transferência tem também para a economia da região norte,

neste exemplo um pretexto para violarem o que está acordado", frisou Mário Mourão.

Novas ações de luta

Os trabalhadores repetiram o protesto no dia 7, mas desta vez em Lisboa, junto à sede do Montepio, na Rua do Ouro.

Na concentração estiveram presentes os trabalhadores que tinham ordens para se apresentarem ao trabalho em Lisboa no dia 5 e que neste momento se encontram em greve, decretada pelo SBN. Numa demonstração de solidariedade juntaram-se-lhes dirigentes do SBSI e do SBC, além do secretário-geral da UGT, João Proença.

Uma delegação – constituída por Mário Mourão, João Proença, Luís Teixeira (membro da Comissão Sindical de

logo, e pela atitude do "quero, posso e mando", num total desrespeito pelo acordo coletivo de trabalho.

Por seu lado, o membro da administração do Montepio prontificou-se a transmitir as preocupações da delegação aos seus pares, e a contactar o Sindicato para informar sobre qualquer decisão tomada no sentido de encetar o diálogo, tão desejável num conflito desta natureza.

"Enquanto houver um único trabalhador envolvido neste processo de despedimento encapotado, o SBN não abandonará as formas de luta em defesa dos direitos dos seus associados", garantiu Mário Mourão.

Nesse sentido, a Direção do Sindicato decidiu aprovar novas ações de luta, a desenvolver nas próximas semanas. ■

Em duas sessões sucessivas

Conselho Geral da Febase debate orçamento e fundos de pensões

O Conselho Geral da Febase reúne-se dia 13, em duas sessões consecutivas, para debater e votar o plano de atividades e o orçamento para 2012, bem como para analisar o projeto de acordo tripartido sobre as condições de transferência dos fundos de pensões dos bancários

Texto: **Inês F. Nero**

Coimbra acolhe dia 13 deste mês os conselheiros da Febase, que se reúnem, em sessão ordinária, para aprovar o plano de atividades e o orçamento da Federação para o próximo ano, e para deliberar sobre duas propostas da Mesa: a primeira relativa ao regulamento de funcionamento do órgão e a segunda sobre uma alteração estatutária (ver caixa).

Imediatamente a seguir ao encerramento desta sessão iniciar-se-á outra, extraordinária, e cuja ordem de trabalho inclui, como ponto principal, a "análise, discussão e votação do acordo tripartido



a celebrar entre a Febase, o Governo e a Associação Portuguesa de Bancos, sobre a transferência dos fundos de pensões para o Estado, respeitantes aos bancários que se encontrem na situação de reforma ou venham a passar à reforma até 31 de dezembro de 2011".

Orçamento de continuidade

O plano de atividades que suporta o orçamento para 2012 é basicamente de

Alteração estatutária

O Conselho Geral da Febase vai analisar e votar uma proposta de alteração estatutária apresentada pela Mesa.

Em causa está a recomendação do Ministério da Economia e do Emprego, que depois de analisar a alteração estatutária aprovada no último Conselho Geral e enviada para publicação no BTE considerou haver dois artigos que não estão conformes ao exigido pelo Código do Trabalho.

Na notificação recebida pela Febase, o Ministério afirma: "Analisados os presentes estatutos, de acordo com o preceituado na alínea b) do n.º 4 do artigo 447.º do CT, por remissão do n.º 1 do artigo 449.º do CT, afigura-se que os mesmos se encontram conformes à lei, designadamente os artigos 450.º e seguintes do Código do Trabalho, com a seguinte exceção: quanto ao funcionamento do Conselho Geral, o artigo 22.º define o quórum deliberativo e o quórum constitutivo para as matérias previstas nas alíneas d), e) e m) do artigo 20.º (esta última alínea tem correspondência ao n.º 2 do artigo 48.º). Contudo, os estatutos não regulam o quórum constitutivo deste órgão relativamente às restantes matérias da sua competência, o que viola a parte final da alínea b) do artigo 450.º do CT, que exige que os estatutos regulem o funcionamento dos respetivos órgãos."

Face a esta notificação, e porque entende que os estatutos da Febase devem adequar-se ao parecer, a Mesa decidiu propor a sua alteração nesta matéria ao Conselho Geral.

Assim, a Mesa propõe que na alínea a) do n.º 2 do artigo 21.º passe a constar "por deliberação do Conselho Geral da Federação".

Já no artigo 22.º, referente a deliberações, a proposta da Mesa é a seguinte:

1 - O Conselho Geral só poderá reunir e deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus membros.

2 - As deliberações do Conselho Geral da Federação são tomadas por maioria simples, salvo as previstas nas alíneas d), e) e m) do artigo 20.º, para as quais são exigidos os votos favoráveis de dois terços dos seus membros.

continuidade em relação ao exercício que está prestes a terminar.

As ações previstas na área da contratação coletiva, principal e fundamental meio de intervenção da Febase – e que está extremamente dificultada pelas condicionantes inerentes à situação de crise – não exigem uma alocação de meios financeiros muito superior à registada em 2011, pelo que no essencial a previsão é a de que os custos se manterão.

Outra área de intervenção com peso significativo na estrutura da Federação é a produção da "Revista Febase", relativamente à qual está prevista a edição de dez números no próximo ano, com custos muito semelhantes aos gerados em 2011.

Relativamente às receitas, constata-se que a maior fatia do total de 535.610€ orçamentados corresponde à cedência aos sindicatos do número de exemplares suficiente para assegurar a sua distribuição a todos os sócios. Está previsto que desta cedência resulte uma receita de 364.600€, o que é mais do que 60% da totalidade.

A parte restante – 171.010€ – será suportada pelos sindicatos na seguinte proporção: SBSI, 60%; SBN, 25%; SBC, 7,5%; STAS, 5,5%, e SISEP, 2%. ■

Sindicatos da Febase ainda não deram acordo à transferência dos fundos de pensões

Os Sindicatos da Federação do Setor Financeiro - SBSI, SBN e SBC - reuniram-se já com o Governo e com a Associação Portuguesa de Bancos (APB) para discutir as condições da transferência dos fundos de pensões dos bancários para o Estado, mas ainda não há acordo tripartido sobre a matéria

TEXTO: **INÉS F. NETO**



O Governo entregou aos Sindicatos da Febase uma proposta de acordo tripartido sobre a transferência para o Estado de parte dos fundos de pensões dos bancários reformados até 31 de dezembro e que estavam inscritos na CAFEB, cujo conteúdo está neste momento a ser avaliado.

O documento chegou à posse dos Sindicatos já após uma reunião com o Governo e a banca, que se realizou dia 30 de novembro, e na qual não deram o seu aval à transferência dos fundos de pensões, por ainda desconhecerem os seus termos e moldes.

Posteriormente, e tendo na sua posse o projeto governamental de acordo tripartido, os Sindicatos foram surpreendidos com a informação de que o decreto-lei que deveria dar corpo a esse acordo já tinha sido aprovado em Conselho de Ministros, o que condiciona a discussão sobre este dossiê.

Face a este cenário, os Sindicatos da Febase reuniram-se pela primeira vez com a APB, a 6 de dezembro, na sede do SBSI. O encontro teve como objetivo o início da discussão bipartida do projeto do Governo, mas até à hora do fecho desta edição as partes não tinham chegado a qualquer acordo.

Recorde-se, no entanto, que se houver entendimento entre os Sindicatos e a banca, o documento que produzirem terá ainda de ser aprovado pelo Executivo.

Só então a proposta de acordo tripartido será submetida a análise e votação pelos órgãos dos três Sindicatos dos Bancários, bem como da Federação.

Refira-se ainda que as notícias divulgadas na comunicação social dizem respeito ao entendimento entre o Governo e a banca sobre a forma de concretizar a transferência dos fundos de

pensões – um negócio que envolve milhões –, e não às questões da salvaguarda dos direitos dos bancários, matéria ainda em discussão entre as três partes envolvidas. ■

Febase reuniu-se com administração do BPN

O acordo final para a aquisição do BPN pelo BIC deverá ser celebrado brevemente, adiantou à Febase a administração do banco nacionalizado, em reunião realizada dia 30 de novembro.

No encontro, a administração do BPN prestou informações sobre a forma como está a decorrer o processo de venda do banco, cuja assinatura do acordo-quadro final está prevista para breve mas que à hora de fecho desta edição ainda não tinha acontecido.

Após a formalização da venda ao Banco BIC, decorrerá uma fase de deslocação de trabalhadores do BPN, nomeadamente dos serviços centrais e da área diretiva comercial, bem como alguns reajustamentos na área comercial.

Face a alguma indefinição quanto à forma como será efetuada a deslocação de trabalhadores, a Febase solicitou que lhe seja enviada por escrito toda a informação sobre o processo, além de uma cópia do acordo final entre as partes, para analisar a situação e decidir quais as melhores opções para defender os interesses dos trabalhadores do BPN.

Ficou já assumido o compromisso de uma nova reunião entre a Febase e a administração do BPN para avaliação e discussão do processo.

A Febase continuará a acompanhar o processo e apela aos trabalhadores para não assinarem qualquer documento sem antes consultarem os serviços jurídicos dos respetivos sindicatos – SBSI, SBN e SBC.

A Febase e os seus Sindicatos darão conhecimento aos trabalhadores de todos os desenvolvimentos que venham a ocorrer.

Neste momento complexo, os trabalhadores devem manter a serenidade e, face a qualquer dúvida, contactar os sindicatos, que estão totalmente disponíveis para prestar esclarecimentos e apoio.

CGD viola Acordo de Empresa

A administração da CGD decidiu unilateralmente aplicar aos trabalhadores do banco as regras da função pública no respeitante ao pagamento do trabalho suplementar e ao valor do quilómetro em deslocações de serviço em viatura própria, numa clara violação do Acordo de Empresa (AE). A Febase vai agir em conformidade

Texto: **Inês F. Neto**

A administração da CGD fez saber a todos os funcionários, através de uma instrução veiculada por suporte informático interno (caixa pessoal), que o pagamento do trabalho extraordinário e dos quilómetros das deslocações de serviço em viatura própria passará a efetuar-se segundo as regras da função pública e não de acordo com o estipulado no AE.

Esta substituição das normas do AE pelas regras aplicáveis aos funcionários públicos, que tem efeitos a 1 de dezembro, é justificada pelo Orçamento do Estado para 2011.

"As alterações introduzidas pelo Orçamento do Estado para 2011 ao regime do Setor Empresarial do Estado, onde a CGD se insere, determinam a aplicação aos trabalhadores da CGD das regras aplicáveis aos trabalhadores da função pública para o valor dos quilómetros nas deslocações em serviço e para a atribuição devido por trabalho suplementar", lê-se na instrução veiculada aos trabalhadores.

A administração da CGD não prestou qualquer informação prévia aos sindicatos. A Febase considera que se está perante uma clara violação do AE livremente negociado entre as partes, e solicitou já uma reunião para debater esta situação. A Federação está a analisar este atropelo ao acordo coletivo e vai agir em conformidade.

Redução de valores

Qualquer das alterações anunciadas pela administração representa uma redução dos valores atualmente pagos aos trabalhadores.

Segundo a instrução da CGD, "o valor do quilómetro aplicado na CGD pelas deslocações em serviço deixa de ser calculado nos termos do Acordo de Empresa, atual-

mente de €0,492, e passa a ser o valor fixado para a função pública, incluindo eventuais atualizações. O valor da função pública em vigor é de €0,36".

Quanto ao trabalho suplementar, a administração informa os trabalhadores que a base de cálculo e os respetivos escalões "são harmonizados e alinhados com os da função pública".

Assim, a base de cálculo do trabalho suplementar passa a ser apurada "segundo o valor da retribuição hora - remuneração base (em vez da remuneração mensal efetiva) x 12 / 52 x n.º de horas semanais".

Por outro lado, adianta a administração da CGD na instrução aos trabalhadores, passam a existir apenas três escalões de trabalho suplementar: primeira hora, paga a 50%; segunda hora e subsequentes, cujo pagamento é de 75%; e dias de descanso semanal e feriados, pagos a 100%.

Ou seja, são suprimidos os escalões relativos à primeira hora noturna (o AE prevê que seja paga a 87,50%), à segunda hora noturna e subsequentes (atualmente pagas a 118,75%) e o relativo aos dias de descanso semanal e feriados superiores a mais de sete horas (pagos a 150%).

Férias de muitos portugueses em 2012



Novo CCT dos Seguros**Rondas negociais continuam**TEXTO: **PATRICIA CAIXINHA**

O STAS tem deparado com algumas dúvidas suscitadas pelos seus sócios, no que diz respeito ao novo CCT, nomeadamente, quer no que se refere às cláusulas e matérias já acordadas, e que têm a anuência do STAS, SISEP e APS, quer relativamente a matérias mais complexas, que estão a ser discutidas à mesa das negociações e que exigem de todas as partes uma maior envolvimento e alguma transigência.

Perante tal desinformação e mesmo lacunas face à verdade das negociações, o STAS sentiu necessidade de proceder aos devidos esclarecimentos junto dos seus associados, em particular, e junto dos trabalhadores de seguros em geral, através de plenários que estão a decorrer nas diversas companhias espalhadas pela cidade de Lisboa.

Por motivos de agenda de todas as partes envolvidas neste processo, as reuniões de negociação estiveram paradas desde o passado dia 9 de novembro, devendo ter sido retomadas em 9 de dezembro.

Na última ronda negocial, iniciou-se uma repescagem de algumas matérias pendentes, tendo a APS procedido à entrega de um documento alusivo às questões que tinham sido colocadas na sessão anterior por um dos sindicatos.

Foram também esclarecidas, pela APS, algumas dúvidas suscitadas pelos negociadores do nosso Sindicato sobre o Plano Individual de Reforma (PIR) aplicado aos trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995.

Por exemplo, como se irá processar o enquadramento dos valores atualmente existentes nos respetivos fundos de pensões?

Segundo o esclarecimento prestado pela APS, as empresas de seguros irão converter, para os trabalhadores no ativo, os valores existentes nos fundos de pensões constituídos em direito efetivo, que pode ser transferido para outra entidade gestora de fundos de pensões, no caso de cessação da sua relação de trabalho ou, até, abandono da atividade seguradora.

Aos trabalhadores já reformados ou pré-reformados continuarão a ser aplicados os regimes de complementos de reforma previstos nos CCT de 1991 e de 1995, este último republicado integralmente em agosto de 2008.

Quanto ao Prémio de Permanência, a APS admitiu rever o regime de faltas inserido na sua proposta inicial.

Relativamente aos mecanismos de progressão no seio das bandas salariais, que a APS tinha ficado de analisar, apresentou-nos uma contraproposta que não mereceu o consenso do STAS, razão pela qual este entregou uma reformulação da sua proposta inicial, para ser reanalisada pela APS.

No fundo, o STAS pretende que haja progressão entre o valor mínimo obrigatório e superior das bandas salariais para os grupos profissionais técnico e operacional, sem funções de enquadramento, observado que seja positivamente, num período de 7 anos, um destes critérios: avaliação de desempenho positiva; experiência profissional; frequência de cursos de formação profissional promovidos pela empresa; permanência na banda salarial mínima; iniciativa e liderança; e cumprimento dos objetivos negociados.

A APS acedeu ainda incluir no novo CCT, no seu âmbito pessoal, a sua aplicação a empresas que não revistam a natureza de empresas de seguros ou resseguros, que prestam atividades ou serviços afins à atividade seguradora, mediante a celebração do respetivo acordo de adesão entre essas empresas e os sindicatos outorgantes, nos termos que nele ficarem

acordados, bem como através de outros instrumentos de regulamentação coletiva negociais.

Não era o que sindicalmente se pretendia mas, entre uma recusa liminar de partida e esta evolução, entenderam os Sindicatos dar o seu consenso a esta proposta, como primeiro passo em relação aos trabalhadores que prestam trabalho na atividade seguradora, através das empresas, poderem vir a ficar abrangidos pela aplicação do novo CCT, enquanto mantiverem essa prestação.

Passo a passo vai-se avançando no cumprimento do desiderato de dotar o nosso setor de atividade de uma nova convenção coletiva que procure espelhar, de forma clara e inequívoca, as transformações mais marcantes que se têm vindo a operar, nos últimos anos, no seio das designadas relações de produção e na produção.

Temos consciência que a rotura com determinados "status quo" vigentes provoca legítimas apreensões, mas o momento atual não se compadece com hesitações e os parceiros sociais têm de ser dinâmicos na interpretação dos sinais dos tempos e atuar por ação e não por reação.

Nós, no STAS, preferimos a ação. ■

▶ Destaques para Dezembro!**e-Learning**

Agente Seguros Vida + Não-Vida	140h	350€
Mediador Seguros Ligado Principal Vida e Não-Vida	83h	300€
Seguro de Saúde	50h	200€
Seguros de Vida	35h	200€
Técnicos de Negociação	35h	200€
Comunicação e Relação Comercial	35h	200€

Presencial

Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa	12h	60€
Atendimento Comercial	50h	270€
Empreendedorismo	35h	200€
Formação Pedagógica Inicial de Formadores	95h	300€
Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	25h	130€
Liderança e Gestão de Equipas	25h	140€
Língua Árabe I - Iniciação	36h	200€
Gestão de Reclamações	25h	140€

INETESE FORMAÇÃO PROFSSIONAL

OPERTA FORMATIVA | INETESE - Associação para o Ensino e Formação

Linha Grátis - 800 200 808 | Website - www.inetese.pt



O Orçamento do Estado para 2012 e a concertação social

TEXTO: ALFREDO OLIVEIRA*

No mês de outubro foram dadas a conhecer aos portugueses as linhas gerais do Orçamento do Estado para 2012. Trata-se de uma declaração iminentemente política que define, em traços largos, a linha programática e orçamental do Governo.

Foram, ainda, enunciadas algumas propostas de alteração à legislação laboral vigente e, conseqüentemente, aos direitos e deveres dos trabalhadores. Por ora, tais propostas não passam de manifestações de intenção e constituem apenas o enunciar duma linha programática a ser seguida. Para serem efetivadas as medidas anunciadas, estas terão que revestir a forma de normas jurídicas e serem, assim, inseridas no nosso ordenamento jurídico.

Ora, tanto a Constituição (art.º 56.º, n.º 2 a) como o Código do Trabalho (art.º 470.º) obrigam a que qualquer projeto ou proposta de lei e projeto de decreto-lei relativo a legislação do trabalho, antes de ser discutido e votado pela Assembleia da República ou pelo Governo, as associações sindicais se tenham podido pronunciar sobre ele. Trata-se duma imposição legal e constitucional e o desrespeito do direito de participação das entidades que representam os trabalhadores dá origem a uma inconstitucionalidade. Com efeito, não só se trata de um desrespeito direto e imediato de uma norma constitucionalmente consagrada – uma vez que prescreve uma determinada conduta aos órgãos emissores de legislação laboral – que confere um direito fundamental (art.º 56.º, n.º 2 a), como também está em causa um procedimento basilar da tramitação da legislação do trabalho, pelo que essa inconstitucionalidade deverá ser qualificada como formal.

Poderá ainda, nesta fase, pronunciar-se a Comissão Permanente de Concertação Social sobre qualquer projeto ou proposta de legislação do trabalho, podendo ser convocada por decisão do presidente, mediante requerimento de qualquer dos seus membros (art.º 471.º do CT). Esta é, sem dúvida, uma fase decisiva do *iter* legislativo e na qual os trabalhadores, através dos seus representantes, poderão pronunciar-se sobre as propostas apresentadas.

Para ser possibilitada a discussão pública que a lei obriga, no âmbito da legislação do trabalho, os projetos e propostas deverão ser divulgados nas respetivas



publicações oficiais, contendo, obrigatoriamente, o texto integral das propostas ou projetos, a designação sintética da matéria da proposta ou projeto, bem como o prazo de apreciação pública, que não pode ser inferior a 30 dias, podendo, contudo, a título excecional e por motivo de urgência devidamente justificado no acto que determina a publicação, ser reduzido para 20 dias.

Trata-se, a apreciação pública, de um procedimento de particular relevância na emissão de legislação laboral. Com efeito, todas as situações anteriores – publicação dos projetos ou propostas e anúncio da publicação – são instrumentais para uma eficaz e real apreciação pública. Com esta apreciação garante-se que o direito de participação seja efetivamente cumprido, respeitando-se, deste modo, as prescrições constitucionais e legais. Face aos meios utilizados, podemos falar duma verdadeira apreciação pública generalizada, uma vez que não só possibilita a participação dos entes a quem a Constituição e a lei prescreve, como permite que toda a sociedade possa, se o desejar, debater as soluções apresentadas.

O direito de participação na elaboração de legislação laboral, sucintamente explicitado nestas linhas e conferido às organizações de trabalhadores, não significa, como é óbvio, a atribuição de competência legislativa, pois o que está apenas em causa na democracia participativa é a participação dos interessados antes da tomada de decisão, uma vez que

cabe aos órgãos representativos, eleitos em sufrágio universal, exprimir o interesse geral da sociedade. Deste modo, resulta claro que a participação destas organizações situa-se numa *zona prévia e diversa* da decisão legislativa formal, que cabe aos órgãos constitucionalmente competentes.

Ainda assim, não tendo as opiniões emitidas qualquer carácter vinculativo, mas antes uma “influência” ou “pressão” sobre o desenvolvimento do processo de produção legislativa – que tanto pode traduzir-se num diálogo como na obtenção de pareceres, de críticas, de contribuições, etc., dos parceiros sociais – revela, no entanto, um esquema de *concertação laboral* que se oferece, na atualidade, como uma promissora via de progresso futuro.

Esse será o momento em que os trabalhadores, através dos seus órgãos representativos, terão a oportunidade de se pronunciarem sobre as propostas apresentadas (nessa altura, já propostas concretas) e contribuirão ativamente para a elaboração da legislação laboral. E, atendendo às medidas anunciadas pelo Governo, diversas matérias terão especial interesse e deverão ser alvo de pertinente discussão e crítica positiva, através da apresentação de propostas alternativas, sugestões de aditamentos ou retificações às propostas apresentadas. Assim se contribuindo, positivamente, para a *concertação laboral*. ■

*Advogado do Contencioso do Sindicato dos Bancários do Norte

Proposta de Lei do Governo em discussão

Recapitalização da banca deve servir para financiar economia

TEXTO: DELMIRO CARREIRA

Os deputados estão já a discutir a Proposta de Lei do Governo sobre recapitalização dos bancos.

Esta peça legislativa, a ser aprovada, deve dar garantias de que o interesse público está salvaguardado e de que futuramente não será o dinheiro dos contribuintes a pagar a fatura

A Assembleia da República está a discutir a Proposta de Lei n.º 30/XII, apresentada pelo Governo, a qual visa, conforme consta da exposição de motivos que a acompanha e fundamenta, dar continuidade a “um conjunto de medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito das iniciativas tomadas a nível mundial para a preservação da estabilidade financeira”, constantes de leis aprovadas nas últimas legislaturas e propostas pelo anterior Governo.

Instabilidade exige revisão de medidas

Afirma o Governo que “volvidos cerca de dois anos após a sua aprovação, e apesar de se constatar que até ao momento não foi ainda necessário recorrer aos mecanismos de recapitalização previstos na Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, verifica-se, não obstante, a necessidade de se proceder a uma revisão das medidas de recapitalização inicialmente previstas, com vista a permitir um quadro mais sólido e claro para responder às necessidades que venham a manifestar-se futuramente, tendo em conta a atual situação de instabilidade económica e financeira em que se encontra a Área do Euro”.

O documento explica ainda que “enquadrada nas medidas a adotar em cumprimento do Programa de Auxílio



Económico e Financeiro, esta Proposta de Lei pretende contribuir para o reforço dos níveis de capitais próprios das instituições bancárias (Core Tier 1), o que se afigura essencial para a estabilidade do sistema financeiro, bem como para a segurança dos depositantes e, ainda, para o bom funcionamento da economia”.

Com as alterações introduzidas por esta Proposta de Lei do Governo, pretende-se “deixar claro que a intervenção do Estado na recapitalização destas instituições assume natureza subsidiária e temporária, devendo funcionar como uma medida *ultima ratio* face a outras alternativas possíveis e preferíveis, como seja, por exemplo, o recurso a injeções de capital por parte de acionistas privados, nacionais ou estrangeiros”.

Dinheiro dos contribuintes deve ter garantias fiáveis

A concretização da operação de capitalização efetua-se através de duas possibilidades distintas: (i) a aquisição, por parte do Estado, de ações pró-

prias da instituição de crédito (ou de outros títulos representativos do capital social quando a instituição em causa ▶

Reações

As posições político-ideológicas ficaram bem patentes nas reações dos deputados à Proposta de Lei do Governo:

“Os bancos não devem distribuir dividendos enquanto se mantiver a posição do Estado”

Basílio Horta - Deputado do PS

“O Governo devia injetar os 12 mil milhões de euros na CGD para apoiar a economia”

Bernardino Soares - Deputado do PCP

“Um euromilhão à banca é o que é esta Proposta de Lei”

Pedro Filipe Soares - Deputado do Bloco de Esquerda

“Esta proposta é importante para o funcionamento da economia”

Virgílio Macedo - Deputado do PSD

► não assuma forma de sociedade anónima) e, (ii) o aumento de capital da instituição de crédito.

Verifica-se, deste modo, que as instituições de crédito que tenham de se recapitalizar com o apoio do Estado vão beneficiar de meios de financiamento públicos ou, dito de outro modo, de dinheiro dos contribuintes. É certo que é a troika que empresta ao Estado português, mas este financiamento obriga-nos a pagar mais tarde, com juros e comissões, os montantes canalizados para o setor bancário.

O povo português, que tão castigado tem sido e vai continuar a ser, tem todo o direito de exigir que esta ajuda seja prestada de forma transparente e rodeada de todas as garantias para que, ainda que em moldes diferentes, não nos vejamos confrontados com novos BPN – caso de polícia, é certo – mas cujas consequências financeiras contribuíram para que uma boa parte do subsídio de Natal deste ano voasse.

Lei protege bem o interesse público?

A Proposta de Lei preocupa-se bastante em dar garantias aos acionistas de que o Estado não vai proceder a nenhuma “nacionalização”, que em boa verdade não se justifica. Mas será que não vai longe de mais?



Aliás, a própria Comissão Europeia está preocupada e, no âmbito das remunerações das garantias concedidas pelo Estado aos bancos, reviu também as condições estabelecidas, com o intuito de assegurar que os auxílios se limitam ao mínimo necessário e refletem o risco para as finanças públicas.

Sobre esta matéria, diz o Governo que “o regime ora instituído pretende responder às especiais exigências colocadas pela crise económica e financeira que atualmente se abate sobre toda a Área do Euro. Na verdade, a solidez financeira das instituições de crédito revela-se essencial para estimular o

funcionamento da economia, factor que cumpre sublinhar, uma vez que este regime não deve ser confundido com uma opção de intervenção económica pública, a que objetivamente não corresponde, seja na sua letra, seja no seu espírito”.

E acrescenta: “Na verdade, apesar de as operações de recapitalização efectuadas à luz do regime jurídico prevista na presente Proposta de Lei determinarem, por parte do Estado, a aquisição de ações representativas do capital social das instituições intervencionadas, a posição jurídica que a este assiste não se confunde – em regra – com a de um verdadeiro acionista. Assim, as ações adquiridas pelo Estado neste contexto são consideradas como ações especiais, mas apenas na medida em que conferem ao seu titular um direito a dividendo prioritário (destinado a remunerar o investimento público efetuado na instituição de crédito)”.

No entanto, adianta o documento, “estas ações não conferem direito de voto ao Estado, salvo em situações especificamente previstas, nas quais estejam em causa alterações de relevo para a instituição de crédito, tal como sucede, designadamente, nos casos de cisão, fusão, transformação, e encontram-se sujeitas ao regime aplicável às ações ordinárias”.

Por outro lado, diz ainda a Proposta de Lei, “no decurso da fase inicial da recapitalização o Estado está também impedido de proceder à livre alienação das participações sociais adquiridas no âmbito da operação, limitação esta que pretende assegurar a estabilidade da estrutura acionista da instituição de crédito, e que determina, por seu turno, que a alienação das participações sociais só possa ocorrer em benefício dos acionistas existentes de acordo com as regras do direito de preferência.” ■

A quem se aplica o regime

O Artigo 3.º da Proposta de Lei define o âmbito da intervenção prevista, nos seguintes termos:

1 – Podem beneficiar de operações de capitalização previstas na presente Lei as instituições de crédito que tenham sede em Portugal, incluindo, com as devidas adaptações, as instituições de crédito não constituídas sob a forma de sociedade anónima.

2 – As caixas económicas que beneficiem de operações de capitalização previstas na presente Lei devem adotar previamente a forma de sociedade anónima, não se aplicando o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio.

3 – Caso a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo beneficie de operações de capitalização previstas na presente Lei, o Estado pode subscrever ou adquirir títulos de capital representativos do capital social daquela instituição de crédito, adquirindo a qualidade de associado, aplicando-se o regime previsto na presente Lei.

4 – No caso previsto no número anterior:

a) Não tem aplicação o disposto nos n.ºs 2 e 4 do Artigo 53.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de janeiro;

b) O Estado pode exonerar-se da qualidade de associado, nas situações previstas no Artigo 8.º da presente Lei, sem sujeição aos requisitos previstos no artigo 68.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de janeiro.

5 – Caso as caixas de crédito agrícola mútuo não integradas no Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo beneficiem de operações de capitalização previstas na presente Lei, o Estado pode adquirir títulos de capital representativos do capital social daquelas instituições de crédito, adquirindo a qualidade de associado, aplicando-se o regime previsto na presente Lei.

Bruxelas impõe regras

Comissão Europeia exige que a compra de ações dos bancos pelo Estado seja realizada com um desconto face ao preço de mercado

Num comunicado de imprensa divulgado recentemente, a Comissão Europeia (CE) revela que atualizou e prorrogou um conjunto de regras temporárias com vista a controlar o apoio estatal à banca.

Segundo o comunicado de Bruxelas, de que a comunicação social tem feito eco, “as disposições principais visam explicar a forma de assegurar uma remuneração adequada ao Estado se, como parece ser cada vez mais provável, os Estados-membros decidirem recapitalizar os seus bancos recorrendo a instrumentos, como ações ordinárias, cuja remuneração não é fixada ‘a priori’”.

No futuro, adianta a autoridade europeia, “as injeções de capital público irão assumir cada vez mais a forma de ações com rendimento variável”. E como estes títulos são remunerados através de dividendos e de mais-valias que, por definição, são de valor incerto, a CE refere decidiu determinar “orientações sobre o recurso às avaliações de mercado, a fim de obter uma garantia razoável de que o Estado auferirá uma remuneração adequada”.

Assim, a instituição liderada por Durão Barroso define que “as ações devem ser subscritas pelo Estado com um desconto suficiente em relação ao último preço da ação, cujo montante dependerá, entre outros, da dimensão da injeção de capital em função do capital existente e de as ações facultarem ou não o direito de voto”.

Se a recapitalização da banca for realizada através de instrumentos de capital híbridos (como obrigações convertíveis), a Comissão define que estes instrumentos devem incluir um mecanismo alternativo de pagamento dos cupões, prevendo que esses não possam ser pagos em dinheiro mas sob a forma de ações. O objetivo é precaver situações em que os bancos não estejam em condições de pagar a remuneração acordada no curto prazo.

Defender as finanças públicas

Para assegurar que os auxílios se limitam ao mínimo necessário e refletem o risco para as finanças públicas, Bruxelas



reuiu também as condições estabelecidas para as remunerações das garantias concedidas pelo Estado aos bancos.

Nesse sentido, a CE definiu que as novas modalidades passam a definir a remuneração mínima aplicável, sempre que as garantias sejam concedidas numa base nacional, ou seja, “as novas regras aplicam-se às garantias sobre as dívidas com um prazo de vencimento entre um e cinco anos (sete anos no caso das obrigações cobertas por garantia)”. Já as regras aplicáveis em caso de prazos de vencimento mais curtos “mantêm-se inalteradas”, acrescenta.

No que diz respeito aos planos de reestruturação dos bancos, o comunicado adianta que continuará a ser exigido aos países a apresentação de um plano de reestruturação (ou uma atualização dos planos anteriormente aprovados) de todos os bancos que beneficiem do apoio público sob a forma de medidas de recapitalização ou de apoio a ativos depreciados.

Apesar disso, refere o comunicado, caberá sempre à Comissão determinar a necessidade de reestruturação, para tal “procedendo a uma avaliação proporcionada da viabilidade a longo prazo dos bancos, tendo plenamente em conta todos os elementos pertinentes”.

Essas condições estão associadas, por um lado, a situações de escassez de capital, relacionadas especialmente com uma crise de confiança na dívida soberana, e, por outro, com a injeção de capitais públicos, se esta se limitar “ao montante necessário para compensar as perdas resultantes da valorização pelo preço de mercado das obrigações soberanas dos Estados-membros do espaço económico europeu, incorridas por bancos que seriam viáveis em condições normais, e se a

análise efetuada permite demonstrar que os bancos em questão não assumiram riscos excessivos ao adquirir títulos de dívida pública”.

Assim, apenas estão libertas da apresentação de planos de reestruturação as instituições que não tenham beneficiado de apoio público sob a forma de medidas de recapitalização ou de apoio a ativos depreciados, mas que beneficiem de garantias do Estado sobre o financiamento. ■

De apoio em apoio

O conjunto de regras temporárias de apoio estatal à banca foi adotado pela Comissão Europeia (CE) em 2008/2009, como resposta à crise financeira subsequente ao colapso do Lehman Brothers.

Desde então, as regras deste regime sofreram já alterações por duas vezes. Em julho de 2010, os prémios de garantia foram aumentados, de forma a refletir melhor o perfil de risco dos beneficiários e evitar uma dependência excessiva em relação a um instrumento que representa um elevado risco contingente para as finanças públicas.

Mais tarde, em dezembro do mesmo ano, o regime foi dilatado por um ano. Nessa altura passou a exigir-se a todos os bancos beneficiários de apoio – sob a forma de medidas de recapitalização ou de apoio aos ativos depreciados – que ficassem sujeitos à obrigação de apresentar um plano de reestruturação, independentemente da dimensão do apoio.

No âmbito das remunerações das garantias concedidas pelo Estado aos bancos, a CE reviu também as condições estabelecidas. O objetivo foi assegurar que os auxílios se limitam ao mínimo necessário e refletem o risco para as finanças públicas.



TEXTOS: RUI SANTOS

Squash

Título fica bem entregue a José Faria

A quinta edição do circuito nacional interbancário de squash chegou ao fim em 13 de novembro, com a realização da final, em Lagos

Na final nacional estiveram presentes os cinco mais pontuados do Sindicato do Sul e Ilhas e um do Norte, num total de seis participantes.

A final obrigava a duas sessões de jogos, no sábado e no domingo, com cada finalista a defrontar todos os outros.

José Faria e Miguel Esteveira foram os primeiros a averbarem três vitórias seguidas e a emoção subiu ao rubro, quando se defrontaram, pois ambos tinham sérias hipóteses de chamarem a si a conquista do título nacional. E a luta entre eles foi renhida mas com José Faria a superiorizar-se, ganhando os dois "sets", por 11-8 e 11-9, e com José Esteveira a ter o "handicap" do



José Faria e Miguel Esteveira tiveram luta renhida na final

cansaço, por ter sido obrigado a disputar três "sets" no jogo anterior, com Luís Valente.

Foi esta a classificação final: 1.º José Faria (BCP/SBSI), com vitórias em todos os cinco jogos e 10 pontos; 2.º Miguel Esteveira (BCP/SBSI), 6; 3.º Luís Valente (BCP/SBSI), 6; 4.º José

Rebello (BCP/SBSI), 4; 5.º Jorge Conceição (MG/SBN), 2; 6.º André Noronha (CGD/SBSI), 2.

Da comissão organizadora fizeram parte Manuel Camacho, António Ramos, Henrique Rego, Alfredo Correia, Francisco Mateus, Francisco Carapinha e António Pimentel. ■

King

A final nacional do campeonato interbancário de king contou com a presença de doze finalistas, sendo seis representantes do Sul e Ilhas, quatro do Norte e dois do Centro.

A competição foi disputada de forma muito renhida, com cada participante a disputar oito jogos e com os pontos a serem transformados em valores, para aumentar ainda mais o equilíbrio entre os finalistas.

Pinto Pedro foi quem melhor começou, superiorizando-se nos primeiros jogos,



Fernando Lucas chegou, viu e venceu



Fernando Lucas, do BCP, é o novo campeão nacional interbancário de king, depois de ter batido toda a concorrência na final da quarta edição do campeonato da modalidade, que decorreu na Praia da Rocha, em 12 e 13 de novembro

mas caiu depois e não logrou melhor que um terceiro lugar final, depois de Fernando Lucas, que se sagrou campeão nacional logo na sua primeira presença numa final nacional, e de Caetano Moço, que detinha o título da edição anterior e que, já este ano, se havia creditado como campeão do Sul e Ilhas.

Foi esta a classificação dos doze finalistas: 1.º Fernando Lucas (BCP/SBN), 49 valores; 2.º Caetano Moço (Unicre/SBSI), 46; 3.º Pinto Pedro (AAEBNU/SBSI), 40; 4.º Rui Coimbra (Ifap/SBN),

33; 5.º Joaquim Soares (MG/SBC), 32; 6.º António Oliveira (BCP/SBN), 30; 7.º Francisco Goulart (Banif/SBSI), 30; 8.º António Cardoso (BES/SBC), 28; 9.º José Miguéns (BCP/SBSI), 28; 10.º Francisco Sequeira (BES/SBSI), 27; 11.º Américo Pereira (BCP/SBSI), 23; 12.º Valdemar Gaspar (BES/SBN), 23.

A comissão organizadora foi composta por Manuel Camacho, António Ramos, Francisco Carapinha, António Pimentel, Henrique Rego, Alfredo Correia e Francisco Mateus. ■

Consigo nos momentos difíceis



Serviços Funerários

Serviço Florista
Serviço Gratuito no Velório
Água, Café e Chá
Flores
Pagelas

Centros Funerários

Santa Joana Princesa
Basílica da Estrela
Santo Condestável
São Pedro de Alcântara
Lumiar
São João de Deus
São Jorge de Arroios

Complexo Funerário de Elvas | Complexo Funerário da Figueira da Foz | Crematório de Rio de Mouro
Tanatoestética e Tanatopraxia | Música no Velório | Cinzas ao Mar | Artigos Religiosos | Jóia da Memória
Mini-Bus para familiares e acompanhantes | Manutenção e limpeza de Jazigos e Sepulturas
Serviço Internacional e Crédito simplificado sem juros e encargos até 24 meses - Taeg 0%*
Profissionais disponíveis para o ouvir nos momentos difíceis,
24 horas por dia, Linha de Apoio à Família



* Adesão ao crédito nos 10 dias seguintes à data da factura



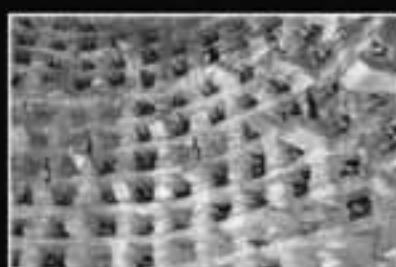
Concurso FOTO FEBASE 2011

Fotos apuradas no mês de Outubro

SBC Tema Livre



"O Rumor"
José Carlos Ché



"Pombal reserva"
Fernando Machado



"Sesta"
José Pinto

SBC Os Quatro Elementos



"Redenção"
Simão Marques



"Leque de água"
José Carlos Ché



"A besta negra"
José Pinto

SBN Tema Livre



"Encaixe"
Emanuel Pontes



"Jogo das trevas"
Francisco Oliveira



"A cor do jogo"
Francisco Oliveira

SBN Os Quatro Elementos



"Submerso"
Emanuel Pontes



"A última gota"
Francisco Oliveira



"Caminhos de água"
Francisco Oliveira

Veja toda a informação em : www.fotofebase.blogspot.com 

SBSI Tema Livre



"A arte da geometria"
Bruno Telles



"Duas cores"
Rui Martins



"Tê"
Cristina Mestre

SBSI Os Quatro Elementos



"Retalhos"
Cristina Mestre

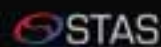


"Dones"
Rui Martins



"Superfícies texturadas"
João Amaro

STAS Tema Livre



"Andando sobre o mar"
Ana Fê Santos



"Cota vadio"
João Sales



"Pegadas"
João Sales

STAS Os Quatro Elementos



"Nô larve"
Luís Silva



"Os 4 elementos"
Ana Fê Santos



"Força da natureza"
Vergina Machado



A Equipa FOTO FEBASE





Congresso sob o lema “Desafios sindicais – presente e futuro”

SBN continua a ser uma organização capa

Em conformidade com o artigo 38.º dos Estatutos, o SBN – Sindicato dos Bancários do Norte – realizou o Congresso correspondente ao mandato de 2009/2013, em 19 de novembro, no auditório da Rua de S. Brás e subordinado ao tema “Desafios sindicais – presente e futuro”.

A MAGCGC – Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Geral e do Congresso – a quem coube a organização e a coordenação do evento, foi coadjuvada, para o efeito, por uma Comissão Organizadora – COC.

O Congresso decorreu de forma democrática e bastante participativa, registando-se inúmeras intervenções que, de um modo geral, apesar da diversidade de opções ideológicas, refletiram empenho, qualidade na discussão e necessidade de unidade na defesa dos interesses dos bancários.

Este texto retrata uma síntese dos documentos que foram apresentados ao longo do dia de trabalhos, pelo que o acesso aos mesmos, para leitura integral ou para audição da gravação de todas as intervenções realizadas, poderá ser facultado aos associados interessados, bastando para isso que o solicitem à MAGCGC.

O Congresso do SBN expressou:

- Solidariedade para com a luta dos trabalhadores do ex-Finibanco, agora integrados no Montepio Geral, felicitando o SBN que, pela sua atuação, conseguiu evitar despedimentos selvagens e transferências compulsivas

O Congresso decorreu de forma democrática e bastante participativa, registando-se inúmeras intervenções que, de um modo geral, apesar da diversidade de opções ideológicas, refletiram empenho, qualidade na discussão e necessidade de unidade na defesa dos interesses dos bancários



dos colegas do Porto para Lisboa. Exigiu que a associação mutualista em questão respeite os seus trabalhadores, pondo fim à ilegalidade e cumprindo escrupulosamente o acordo coletivo do setor bancário. Relembrou, de modo a que a administração entenda, que estamos num Estado de Direito, que a Comissão Permanente do Conselho Geral autorizou já a Direção a declarar nova paralisação, até um máximo de dez dias, recorrendo ao fundo de greve se necessário. Sempre que possível e viável, este fundo deve ser disponibilizado em situações similares.

- A necessidade de abertura urgente de negociações com o Governo, Administração do BPN e Banco BIC, para a garantia dos postos de trabalho do BPN, esclarecendo a forma como será efetuada a transferência para as “empresas veículos” e como serão “selecionados” os trabalhadores, garantindo que, nestas empresas, seja aplicado o ACT do

setor bancário e respeitada a contagem da antiguidade. Dever-se-á, ainda, recorrer a reformas antecipadas, bem como à integração de trabalhadores noutras instituições de crédito, nomeadamente na Caixa Geral de Depósitos.

- Vontade de definir novas estratégias, com o objetivo de sindicalizar os jovens, pois o futuro depende da solidariedade de cada um, integrado como um todo, praticando-se um sindicalismo de proximidade e de terreno, passando-se da teoria à ação.

O Congresso do SBN expressou ainda:

- O apelo à captação de jovens e mulheres para o exercício de funções sindicais, de modo a ser renovado o quadro de delegados sindicais em todos os locais de trabalho. De notar que as mulheres são maioritárias na classe bancária até aos 40 anos, mas que a sua participação nas estruturas sindicais é muito reduzida (11%).



Capacidade de responder e de vencer desafios



do com o alargamento de protocolos com entidades de saúde, solidificando uns SAMS de proximidade.

Ficou vincada, neste Congresso, a diferença entre o SBN e os sindicatos paralelos, nomeadamente no que à defesa (jurídica e sindical) dos direitos dos associados diz respeito. O caso dos trabalhadores do BPN e do ex-Finibanco é disto um exemplo claro. Nem sempre alguns centimos a mais na saúde, com “plafonds”, justificam o risco de perder um posto de trabalho.

Os delegados presentes tiveram igualmente oportunidade de debater a questão da constituição de um sindicato único, e de SAMS únicos, não havendo contudo um consenso relativo a esta matéria.

Apesar de, por diversas vezes, ter sido referida a grave situação que o País atravessa em defesa da negociação coletiva, de modo a salvaguardar a manutenção dos direitos e das garantias dos trabalhadores bancários,

apelou-se para a participação na greve geral convocada para 24 de novembro, apoiada pelo SBN, filiado na FEBASE e na UGT.

Como nota final, a MAGCGC e a COC agradeceram aos delegados presentes a elevação com que decorreram os trabalhos e o facto de todos terem abdicado de um dia de descanso para, das 9 às 18 horas, prestarem um contributo imprescindível ao êxito do Congresso.

O passado tem demonstrado que os bancários, organizados em torno do seu sindicato, o SBN, têm sido capazes de ultrapassar os obstáculos com que se têm deparado.

Não temos dúvidas que, também desta vez, se conseguirão obter resultados que sirvam os interesses legítimos dos bancários, para que estes se continuem a rever no seu sindicato e que o vejam como uma organização capaz de responder e de vencer os desafios que lhe têm vindo a ser colocados. ■

Bancários Norte



- A atenção a ser dada aos colegas não sindicalizados, especialmente aos da CGD, sendo, neste caso, necessária uma política criativa de angariação de novos sócios, dada a particularidade de não usufruírem dos SAMS.

- Exigência de transparência do Governo sobre a questão dos fundos de pensões, ficando salvaguardado o cumprimento do disposto nos IRCT aplicáveis, de modo a garantir a fórmula de cálculo das pensões, as atualizações e as contribuições para os SAMS, alertando a Direção para a defesa intransigente dos princípios estabelecidos nesta matéria na convenção coletiva.

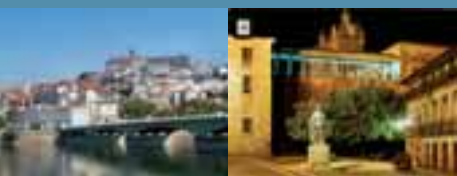
- Relativamente à reestruturação dos postos clínicos dos SAMS, cujo processo já se iniciou, tendo em vista o seu encerramento, foi dado o total apoio à Direção do SBN, para que não esmoreça nos seus objetivos e para que continue com as iniciativas encetadas, avançan-

Figuras à moda do Porto



“Clarabóias” é o tema da exposição que José Godinho, membro do Núcleo de Fotografia do SBN, terá patente na galeria do sindicato, na Rua Conde de Vizela, 145, de 4 de janeiro a 1 de fevereiro, todas as quartas e quintas-feiras, das 15 às 17h30.

A mostra insere-se no tema genérico “Figuras à moda do Porto”, proposto por aquele núcleo, que mensalmente realiza uma exposição, rotativamente por cada um dos seus membros.



Pelo São Martinho vai à adega e prova o vinho



Carlos Silva fez as honras da casa



Bancários Centro

Cerca de 380 bancários do SBC, oriundos dos quatro distritos da sua área de representação, encheram por completo as instalações da Quinta do Barreiro, em Viseu, um belo e aprazível local, caracterizado por paisagem de grande beleza rural e onde o moderno combina perfeitamente com o antigo.

Com muitas iguarias, regadas pelos elegantes vinhos da região do Dão, onde nem o cabrito assado à moda da Beira Alta faltou, com o bar aberto durante todo o dia e muita animação

musical, estavam reunidas todas as condições para um dia maravilhoso, sendo patente que cada um dos presentes estava a assistir e a ser cúmplice de uma grande jornada de confraternização, que tocou emocionalmente todos os presentes.

Os "Alegres de Castanheira de Pêra", um animado grupo tocador de concertinas, alegraram durante largo tempo a festa, com os seus toques de sabor popular e tradicional, bem ao jeito da festa que corria. Mas o grande momento musical estava reservado para o "Grupo

de Cantares de Manhouse", que ofereceu os cantares espontâneos e tradicionais da sua terra e que têm como característica principal serem cantados a três vozes: "baixo, raso e riba". Algumas vezes cantaram sem acompanhamento musical, outras, porém foram acompanhadas por uma tocata, mas a sua quase totalidade está registada no cancioneiro popular português.

Pela tardinha e para animar e dar força ao regresso, houve um lanche de caldo verde, barriguihas e febras grelhadas, acompanhadas de castanhas e jeropiga.

Os Corpos Gerentes estiveram presentes na sua quase totalidade, emprestando-lhe a magnitude e a relevância que esta brilhante jornada de convívio teve. Outra coisa não se podia esperar.

Carlos Silva fez as honras da casa, agradeceu e cumprimentou todos os presentes tendo-se referido às medidas recentes, do Conselho de Gerência dos SAMS, por proposta da Direção, que possibilitam que os beneficiários dos SAMS possam adquirir os medicamentos a custo zero.

Foi neste cenário de grande satisfação que, pelas 19 horas, começou o regresso a casa e com o setor de Tempos Livres satisfeito pelo dever cumprido. ■





Textos: SEQUEIRA MENDES

Grande noite de fados em Leiria

O Departamento de Tempos Livres do Sindicato dos Bancários do Centro, exatamente na antevéspera da elevação do fado a Património Imaterial da Humanidade, pelo 6.º Comité Intergovernamental da ONU para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO – levou a efeito um convívio, destinado aos bancários e em que o rei absoluto foi o fado. Esta organização teve o apoio e a colaboração do Secretariado da Secção Regional de Leiria.

Aconteceu fado, expressão musical que canta a vida e o destino de um povo há mais de dois séculos e que, a partir de agora, deixou de ser património exclusivamente português, naquela noite que ficará na memória de quantos tiveram a felicidade de estar presentes, em 25 de novembro.



Aconteceu fado, expressão musical que canta a vida e o destino de um povo há mais de dois séculos



Os fadistas Emanuel Soares, Natália Ferreira e Dina Mendonça cantaram e encantaram a plateia que não regateou aplausos. Os acompanhantes foram Joaquim Rocha, na guitarra, e Mário Maduro, na viola. Houve ainda a participação, que já é habitual em noites congêneres, de Leonor Bernardino, esposa do colega António José Bernardino.

O ambiente de fado que se viveu foi bem acompanhado por um jantar, que animou todos os presentes e que contou com a presença de muitos elementos dos Corpos Gerentes, nomeadamente de Carlos Silva, o presidente do Sindicato, que se dirigiu aos cerca de 80 convivas para agradecer a presença e fazer o ponto da situação das questões

sindicais mais importantes que, de momento, se encontram em cima da mesa para discussão, e, principalmente, traçou uma panorâmica do acontecimento que a todos preocupa: a nacionalização dos fundos de pensões dos reformados bancários.

Sobre este tema, deixou o recado e a garantia de que a assinatura do SBC, no acordo tripartido, só será dada se estiverem salvaguardados todos os direitos que estão plasmados nos diversos instrumentos de regulação contratual.

Pela uma hora da madrugada e em ambiente de total satisfação pela noite que acabavam de viver, cada um foi para casa com a promessa de repetir uma noite como aquela. ■



Bancários Centro



O STAS agora também no Porto

TEXTO: **PATRICIA CAIXINHA**

O STAS inaugurou as suas novas instalações na cidade do Porto, com toda a pompa e circunstância, no passado dia 16 de novembro

A cerimónia, preparada para os associados e convidados, contemplou uma visita às instalações, sitas na Rua Santos Pousada 1041, a belíssima atuação do Clube de Colaboradores da Axa, um beberete e uma sessão de esclarecimento sobre a negociação coletiva no setor de seguros.

Foi feita uma apresentação genérica do que será o novo CCT para os seguros, as matérias que já obtiveram consenso entre as partes, bem como as principais matérias que estão neste momento à mesa das negociações que, por serem mais delicadas e sensíveis, requerem de todos uma maior dedicação.

O STAS foi abordado com algumas questões pertinentes de sócios sobre a situação do novo CCT, tendo o momento servido também para ter conheci-



mento de algumas situações que estão a ocorrer em diversas companhias que operam na zona norte.

Trata-se de uma forte aposta na zona norte do País, importante para o apoio e aproximação, ainda maior, aos associados e trabalhadores de seguros daquela área.

A inauguração foi acompanhada com uma campanha de divulgação na zona,

tendo sido manifestado, pela maioria dos trabalhadores que nos abordaram, algumas confusões e mesmo desconhecimento em relação ao ponto real das negociações entre os Sindicatos e a APS.

Valeu a estadia e passagem do STAS pela belíssima cidade do Porto para clarificar e esclarecer alguns aspetos importantes sobre este tema tão complexo. ■

Mais um sucesso do Clube Chapas

TEXTO: **VITOR ALEGRIA**

O automóvel antigo e a atividade seguradora



O Clube História e Acervo Português da Actividade Seguradora, também designado por Clube Chapas, está imparável, continuando a afirmar-se e a conquistar terreno através das suas diversas iniciativas.

Em outubro, durante dez dias, o Clube Chapas arquitetou, nas instalações da Santogal S.A., em Lisboa, a

sua primeira exposição temática: "O automóvel antigo e a atividade seguradora".

Foram expostas de forma harmoniosa viaturas antigas, bem como documentos e peças relacionadas maioritariamente com o ramo segurador automóvel.

Com apenas sete meses de existência, é o terceiro evento de sucesso que organiza!

Parabéns Clube Chapas pelo dinamismo!

O Clube Chapas mantém o compromisso de realizar trimestralmente eventos e reforça o apelo aos colegas e amigos para que façam chegar ao Museu documentos e peças relacionadas com a atividade seguradora.

O Clube Chapas, embora com o "site" em construção, quer continuar a ouvir, a registar e a comunicar, pelo que recebe sugestões e participações, via correio electrónico, pelo endereço chapas.clube.chapas@gmail.com ou pela página de "facebook" [chapas.clube.chapas](https://www.facebook.com/chapas.clube.chapas).

Estamos todos de parabéns, pois somos milhares no ativo e quiçá outros tantos ligados à atividade seguradora por diversas outras formas, e o Clube Chapas, sem saudosismos, regista o passado, imprime na sua ação inovação no presente e cria conhecimento integrado, sorrisos e admiração para o futuro. ■





TEXTOS: **PATRICIA CAIXINHA**

Conselho Geral aprova Orçamento

Foi no dia 25 de novembro que decorreu mais um Conselho Geral do STAS, desta vez no Auditório do Metropolitano de Lisboa, na estação do Alto dos Moinhos, aproveitando-se a realização de um evento importante para o sindicato no mesmo dia: a entrega de emblemas aos associados.

Esta reunião ordinária do CG do STAS, destinou-se, sobretudo, a deliberar sobre o importante instrumento financeiro para a atividade a desenvolver, durante o ano económico de 2012, pelos Órgãos Estatu-

tários do Sindicato, e teve como ordem de trabalhos: a discussão e votação do Orçamento para o ano de 2012; o ponto de situação sobre a negociação coletiva; e demais informações.

O Orçamento para 2012 foi feito considerando a altura difícil que atravessamos, tendo havido uma redução na ordem dos 13,70%, comparativamente ao orçamentado no ano transato. O orçamento e o plano de atividades apresentado contemplam uma verba para as eleições que ocorrerão em 2012.

Os conselheiros gerais levantaram algumas questões à Direção sobre o CCT, tendo o presidente, Carlos Marques, procedido a uma explicitação sobre o mesmo, incidindo, sobretudo, sobre as matérias mais complexas, de forma a clarificar as dúvidas colocadas.

Fomos alertados, uma vez mais, que existe alguma confusão e mesmo desinformação no seio das companhias sobre este tema, situação que vamos procurar solucionar com plénários junto dos trabalhadores. ■



Cerimónia de entrega de emblemas



Decorreu no passado dia 25 de novembro, no auditório do Metropolitano de Lisboa, no Alto dos Moinhos, mais uma entrega anual de emblemas de ouro e prata aos associados do STAS que completaram 25 e 50 anos de filiação sindical.

Dos cerca de duzentos emblemas que tínhamos para entregar, apenas foi possível contarmos com a presença de cinquenta associados. Não obstante a afluência não ser a exetável, a iniciativa decorreu com a alegria e boa disposição que acompanha este tipo de celebração que preparamos para os nossos sócios.

Para além da parte de entrega de emblemas, tivemos ainda a presença de um momento musical e um porto de honra.

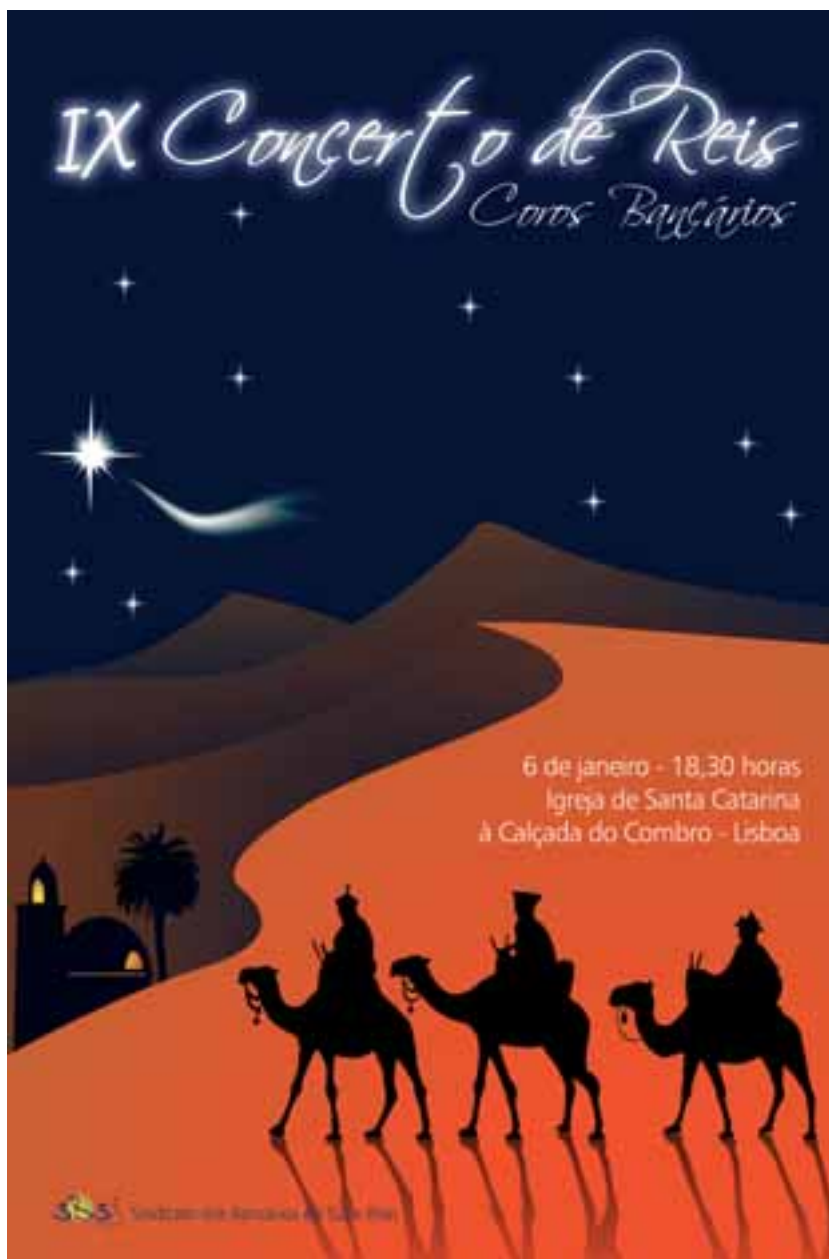
Textos: Rui Santos

Coros bancários na igreja de Sta. Catarina

O Pelouro dos Tempos Livres do SBSI está já a organizar a nona edição do concerto de Reis, voltará a ter como cenário adequado a Igreja de Santa Catarina, à Calçada do Combro, em Lisboa

Será, como sempre, um momento de paz, harmonia e beleza, a ser proporcionado pelos cinco grupos corais bancários que participam neste concerto, marcado para 6 de janeiro, a partir das 18,30 horas. Ali estarão o Coral Santander Totta, o Coro do GDC do BPI, o Coro do Clube Millennium BCP, o Coro do GDC do Banco de Portugal e o Grupo Coral dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos.

Tal como aconteceu no concerto de 2011, realizado em 13 de janeiro, o público não se fará rogado nas manifestações de incentivo e apreço aos coralistas. E os seus aplausos irão ecoar pelo templo – um dos mais belos e representativos exemplares do barroco seiscentista português, verdadeiro museu onde o estuque, a talha e a pintura se associam de forma harmoniosa. ■



Informadores bancários voltam a reunir-se



Em 2011 foi assim

A habitual confraternização anual dos informadores comerciais de toda a banca vai realizar-se pela 51.ª vez e, no ano que vai começar, terá lugar em 7 de janeiro, num restaurante típico lisboeta, na Rua Vasco da Gama, 36, na Portela.

Para além de uma ementa bem elaborada, haverá animação musical, com organista, e o habitual sorteio, com distribuição de prémios, sendo de 27 euros o preço a pagar por pessoa.

A inscrição, que deverá ser feita com urgência e sempre até 24 de dezembro, só será válida desde que seja efetuado o pagamento, até àquela data, para o NIB 0033 0000 00180531253 26 ou 0033 0000 00180749542 06, devendo ser apresentado o documento comprovativo do pagamento na entrada para o almoço.

Da comissão organizadora fazem parte Carlos Chaves (966 820 915) e Mário Santos (963 318 936). ■

Confraternização de reformados no Ano Novo

O Secretariado da Secção Sindical de Reformados do SBSI repete o tradicional almoço de confraternização de Ano Novo, que, desta feita, terá lugar num restaurante da zona de Santarém, em 14 de janeiro.

Informações complementares sobre esta iniciativa podem ser solicitadas junto daquele Secretariado.



Sete viagens bem diferentes e aliciantes no programa do próximo ano

O Pelouro dos Tempos Livres acaba de divulgar o seu programa de viagens de longo curso, programadas para 2012. Um programa que inclui sete viagens, todas elas bem diferentes mas que procuram corresponder aos anseios dos associados, quanto aos mais importantes destinos de férias e de conhecimento



Por ordem cronológica, a primeira viagem terá a Inglaterra e a Escócia como destino e será realizada entre 5 e 15 de junho, com estadias mais prolongadas em Londres, Coventry, Harrogate, Edimburgo, Glasgow e Liverpool.

Logo a seguir, entre 15 e 25 de junho, a Roménia e a Bulgária serão os países a visitar, tendo como pontos principais

de paragem Bucareste, Sibiu, Brasov, Sinaia, Veliko Tarnovo, Plovidiv e Sofia.

Já em julho, entre os dias 7 e 14, uma outra viagem rumará aos fiordes da Noruega e à Dinamarca, com Oslo, Gei-

lo, Bergen e Copenhaga a servirem de poiso para visitas mais detalhadas.

Em agosto, a opção é a visita às repúblicas bálticas, com extensão a Helsínquia e a Varsóvia. A viagem terá lugar entre os dias 3 e 10 e, tal como todas as outras, será feita em regime de pensão completa.

Setembro e outubro serão meses para rumar a África, primeiro, e à Ásia, depois. Entre 1 e 16 de setembro, os interessados rumarão ao Quênia e à Tanzânia, com entrada por Istambul e safaris naqueles dois países. E, entre 5 e 20 de outubro, a viagem será ainda mais longa, ao Vietnam e ao Camboja.

O sempre aliciante Brasil também consta do programa de viagens para 2012, com uma viagem a realizar entre 1 e 12 de dezembro, com início no Rio de Janeiro e termo em Salvador mas visitando também a Foz de Iguaçu, Manaus e a Amazónia.

Todas estas viagens terão programa mais detalhado e respetivos preços na revista "Tempos Livres", de férias e de lazer, que será distribuída aos associados na primeira quinzena de janeiro. ■

Futsal

Torneio começa em 20 de janeiro

A 36.ª edição do torneio nacional interbancário de futsal está aberta à participação de associados do SBN, do SBC e do SBSI, que podem inscrever-se até 12 de janeiro

As regras deste torneio são idênticas às dos anos anteriores, que tanto êxito e participação tiveram junto dos associados dos sindicatos.

Na zona do SBSI, o sorteio dos jogos e a sua calendarização serão feitos na sede do Sindicato, em 17 de janeiro, às 18 horas.

Os boletins de inscrição podem ser obtidos nas Secções Regionais e de

Empresa, na Secção Administrativa do Sindicato ou no sítio do SBSI, na opção tempos livres/actividades desportivas/futsal.

As equipas de sócios de fora da área de Lisboa, incluindo as das Ilhas, devem remeter os boletins de inscrição para as suas Secções Regionais, enquanto as restantes deverão fazê-lo diretamente para o Sindicato ou aí serem entregues pessoalmente.

Tal como sucedeu em edições anteriores, as inscrições devem ser acompanhadas de um cheque de € 100, ou do comprovativo de transferência bancária de igual valor para o NIB 0007 0023 0009 8120 0092 5.

As equipas podem inscrever um máximo de doze jogadores e devem nomear um responsável, que atuará como seu delegado perante a subcomissão orga-

nizadora e a quem será entregue toda a correspondência relacionada com o torneio.

Cada equipa, após o início do seu primeiro jogo, não poderá fazer alterações à constituição do seu plantel, até ao fim do torneio. E cada atleta deve enviar o cartão que utilizou em edições anteriores, independentemente de ter sido, ou não, inscrito pela mesma equipa, devendo juntar ao boletim de inscrição uma fotografia, tipo passe, se esta for a sua primeira participação.

Recorde-se que, na edição de 2011, participaram 39 equipas, com a vitória da equipa do Grupo Desportivo do Santander Totta, que conquistou o título nacional, depois de ter chamado a si o título de campeã do Sul e Ilhas, após bater em ambas as finais a equipa do BCP. ■





Concurso FOTO FEBASE 2011

Fotos apuradas no mês de Novembro

SBC Tema Livre



"Túnel Branco"
Fernando Machado



"Spring"
Bruno Correia



"Porta de Outono"
José Pinto

SBC Os Quatro Elementos



"Queda d'água"
José Carlos Chã



"Ganhar o Pão"
José Pinto



"Invern"
Fernando Machado

SBN Tema Livre



"Crista"
Jorge Yana Basto



"Poder da Luz"
Francisco Oliveira



"Múmia"
Emanuel Pontes

SBN Os Quatro Elementos



"Imã"
Emanuel Pontes



"Manhã de Outono"
José Guimarães



"Uma força maior"
Francisco Oliveira

Veja toda a informação em : www.fotofebase.blogspot.com 

SBSI Tema Livre



"Prisão ao sol"
Guilherme Pinto



"Simetria de sentidos contrários"
João Amaro



"Manhã submersa"
José Caneças

SBSI Os Quatro Elementos



"Tempus"
Rui Martins



"Os quatro elementos"
João Amaro



"Adormecido"
Cristina Mesite

STAS Tema Livre



"Voando em liberdade"
Ana Santos



"Capela das Malheiras"
Sílvia Nunes



"Esperança"
João Sales

STAS Os Quatro Elementos



"Trabalhando o barro"
João Sales



"Central eléctrica"
João Sales



"Pôr do sol"
Sílvia Nunes



A Equipa FOTO FEBASE



Uma parceria que o vai deixar a ouvir melhor

WIDEX[®]

3 Vantagens únicas Widex para o beneficiário SAMS:

1. Os melhores especialistas do país em reabilitação auditiva.
Aparelhos auditivos de alta definição WIDEX, com condições especiais.
2. Serviço com Certificação de Qualidade ISO 9001/2008*.
Audiologistas licenciados e um serviço pós-venda único em 24 horas garantem que retirará o máximo proveito do seu Aparelho Auditivo WIDEX.
3. Melhoria da sua qualidade de vida.
Tome uma iniciativa pela sua audição e aproveite a sua vida.




OFERTA DISPONÍVEL

no Centro Clínico de Ambulatório dos SAMS,
Serviço de Audiofonologia, Lisboa,
ou em qualquer CENTRO AUDITIVO WIDEX
em todo o país.

SAIBA TUDO SOBRE A SUA AUDIÇÃO EM

www.widex.pt

Número Verde

 **800 200 343**

Consulte-nos



1ª consulta grátis



Reparação imediata



4 anos garantia



Certificação de Qualidade
ISO 9001/2008.

Almada* • Amora* • Aveiro • Braga • Cascais* • Castelo Branco* • Chaves • Coimbra* • Covilhã • Elvas • Évora
• Faial • Faro* • Funchal • Guarda • Leiria* • Lisboa* • Ponta Delgada • Portalegre • Porto* • Setúbal* • Sines
• Tavira • Terceira • Viseu* • Unidade Móvel*

* Centros Auditivos com atividade certificada.
Texto escrito de acordo com o novo acordo ortográfico.